

# Diretrizes para a Educação Inicial em Fonoaudiologia\*

Lilly Rong-Cheng<sup>1</sup>, Hellen Grech<sup>2</sup>

Revised IALP Education Guidelines (September 1, 2009): IALP Guidelines for Initial Education in Speech-Language Pathology. *Folia Phoniatri Logop.* 2010;62(5):210-6. DOI: 10.1159/000314782

O Comitê de Educação da *International Association of Logopedics and Phoniatrics* (IALP) recentemente concluiu a revisão das Diretrizes Educacionais, publicada numa edição especial da revista *Folia Phoniatrica and Logopaedica* em julho de 2010. A primeira versão das Diretrizes para a Educação Inicial em Fonoaudiologia foi aprovada pelo comitê diretor da IALP em 1995 sob o título *Guidelines for the Initial Education in Logopedics*. Estudos a respeito da educação de fonoaudiólogos em todo o mundo indicaram que várias abordagens para a educação inicial de fonoaudiólogos são implementadas. Em alguns países a educação em Terapia de Fala e Linguagem existe de forma independente, em outros países ou regiões ela ocorre simultaneamente com outra profissão, por exemplo, Audiologia/Terapia de Audição, Educação, Psicologia, Reabilitação Generalista.

Durante os últimos anos, estudiosos e profissionais da Fonoaudiologia de diversas partes do mundo, contribuíram para a discussão e o preparo dessa revisão das Diretrizes. O seu principal objetivo é harmonizar a educação inicial em Fonoaudiologia patologia de fala e linguagem (SLP), desenvolver e manter padrões educacionais elevados e facilitar a movimentação internacional de pessoas e de conhecimento. As diretrizes devem fornecer parâmetros para pessoas em países e regiões que planejam estabelecer um programa inicial de patologia de fala e linguagem. Elas têm, também, uma sessão especial relacionada ao desenvolvimento de um programa educacional em fala, linguagem e audição para países subdesenvolvidos.

As diretrizes consideram a prática em diferentes culturas e em diferentes países. Entretanto, quando a educação é associada a qualquer outra profissão, essas diretrizes relacionam-se especificamente aos aspectos educacionais da Fonoaudiologia de patologias de fala e linguagem da educação. A educação de fonoaudiólogos deve ser suficiente para que a profissão defina-se de forma independente e análoga à de países em que ela é um campo estabelecido. A Fonoaudiologia deve ser uma profissão identificável, mesmo que os profissionais sejam relacionados às áreas de saúde, educação ou serviço social. O profissional fonoaudiólogo segue um código de ética e deve ter um escopo amplo e generalista, atuando com pessoas de todas as idades.

As diretrizes afirmam que a educação e o treinamento de fonoaudiólogos devem incluir a apreciação de fatores linguísticos e culturais, assim como da prática baseada em evidências e o uso de pesquisas para apoiar as abordagens clínicas. É também fortemente recomendado que o jovem fonoaudiólogo deve receber oportunidades de desenvolver suas habilidades sob supervisão durante o primeiro ano de experiência na profissão e envolver-se em atividades de educação continuada sempre que possível. Fonoaudiólogos experientes têm a responsabilidade de orientar e apoiar estudantes de sua profissão e supervisionar sua prática.

As diretrizes oferecem uma visão geral do conteúdo de programas educacionais em Fonoaudiologia. Os programas devem envolver as principais disciplinas em patologia de linguagem, incluir trabalho prático supervisionado, sob supervisão de fonoaudiólogos qualificados e experientes e monitorado pelo programa educacional. Experiência prática direta, com indivíduos com distúrbios orais primários ou de comunicação e com pelo menos uma alteração secundária, deve ser oferecida aos estudantes. É recomendado que um exame prático seja realizado ao final do programa de forma a avaliar a habilidade do estudante para aplicar a teoria à prática e para aprovar o estudante que demonstrar a competência esperada como um profissional confiável. As diretrizes sugerem o delineamento de diretrizes clínicas para educadores/supervisores. O documento pode contribuir como uma referência para a determinação de normas nacionais, sem pretender substituir os requisitos de acreditação propostos por conselhos profissionais nacionais. Além dos temas principais relacionados à avaliação, diagnóstico e intervenção com indivíduos com distúrbios de comunicação e dificuldades de alimentação/deglutição, o programa de estudos também deveria incluir aspectos de disciplinas relacionadas, como Psicologia e a Linguística, ciências comportamentais e biomédicas, cada uma das quais incluindo componentes práticos ou trabalho de campo supervisionado.

Para países em que o serviço para pessoas com distúrbios de comunicação ainda estejam em desenvolvimento, a profissionalização com apenas a graduação é aceitável, preferencialmente distribuída em quatro anos e envolvendo todos os domínios e competências específicas necessárias ou a formação

Tradução realizada por Fernanda Dreux Miranda Fernandes e Mara Behlau, com permissão das autoras.

(1) Professor of the San Diego State University - SDSU - San Diego (CA), United States.

(2) Head of Department of Communication Therapy, Faculty of Health Sciences, University of Malta.

**Endereço para correspondência:** Li-Rong Lilly Cheng. E-mail: lcheng@mail.sdsu.edu

\*As diretrizes referem-se à formação do fonoaudiólogo com atuação na clínica dos distúrbios da comunicação e da deglutição, e exclui a atuação específica dos audiologistas, por ser a formação destes geralmente contemplada em curso independente, na graduação ou pós-graduação, o que vai ser abordado em outro documento. A formação de um profissional com acreditação dupla, a partir de um único curso, para atuação clínica nos distúrbios da comunicação e deglutição, assim como em Audiologia, é uma característica do Brasil encontrada em poucos lugares do mundo.

em pós-graduação (ou equivalente), com geralmente três anos de duração, na área de Fonoaudiologia, após um curso superior (geralmente Psicologia ou Pedagogia). No caso de países em que a educação para fonoaudiólogos ainda não existe, sugere-se que os primeiros passos envolvam a identificação dos principais aspectos culturais e a avaliação das necessidades, incluindo uma revisão dos serviços existentes num determinado contexto local, em particular no sistema educacional. Facilitadores externos devem ser sensíveis a aspectos como a cultura local e a circunstâncias como a sustentabilidade, financiamento, valores culturais, acesso a equipamentos e recursos técnicos e colaboração entre os serviços de educação e saúde.

Os professores dos programas devem ser ativos em

pesquisa para estimular o interesse dos estudantes e manter professores e estudantes atualizados. Todos os programas de estudos devem incluir um projeto de pesquisa entre as experiências dos estudantes e favorecer uma abordagem orientada à pesquisa (baseada em evidências) para o trabalho clínico. Os programas devem também ser periodicamente avaliados. A IALP pode aprovar programas profissionais com experiência em acreditação para uso como agente para a verificação de que um determinado programa está de acordo com as diretrizes propostas e assim permitir que esse resultado seja divulgado.

As diretrizes e outros números da revista podem ser acessados *on-line* em [www.ialp.info](http://www.ialp.info).